

Reações distintas

A decisão do secretário Valdino de Oliveira de negociar modificações no projeto que cria taxas de fiscalização no Distrito Federal teve reações diferentes entre empresários e líderes comunitários. Os representantes de entidades empresariais, que reivindicavam a possibilidade de discutir a proposta, decidiram aceitar o convite do governo. Os moradores, entretanto, mantiveram sua posição contrária a todo o projeto.

“É o que estávamos pedindo desde a semana passada. Não dava para o governo aprovar um projeto desses sem consultar a sociedade”, disse o vice-presidente da Federação das Indústrias do DF (Fibra), Evandro Kallume. A Fibra, Fecomércio e outras entidades mandarão técnicos para a reunião de hoje. Eles vão negociar principalmente os valores das taxas previstos no projeto.

Mobilizados para pressionar

os deputados a votarem contra o projeto, caso entrasse na pauta, líderes comunitários consideraram uma possível redução nos preços insuficiente para tornar o projeto viável. “Somos contra o projeto na sua essência. Se o próprio secretário admitiu que o projeto tem problemas, para quê

**“SE O PRÓPRIO
SECRETÁRIO
ADMITIU QUE O
PROJETO TEM
PROBLEMAS,
PARA QUÊ
APROVÁ-LO?”**

DOLORES PIERSON

*Secretária de Meio Ambiente da
Prefeitura Comunitária do Lago Norte.*

aprová-lo?”, reclamou Dolores Pierson, secretária de Meio Ambiente da Prefeitura Comunitária do Lago Norte.

Para Dolores, o principal problema é o precedente que o GDF abre ao cobrar de quem ocupa áreas públicas irregularmente. “O sujeito que invade uma área pública vai se sentir

fortalecido ao pagar um taxa ao Estado”, avalia. A bancada de oposição ao GDF na Câmara também não modificou sua posição de votar contra o projeto, apesar da disposição do governo em negociar. “Não é questão de diminuir as taxas. Elas são inoportunas”, justificou a deputada Maria José Maninha, do PT. (AG)